



A EDUCAÇÃO FORMAL E A PERSPECTIVA DA IGUALDADE DE GÊNEROS NO BRASIL

Anne Katharine Galdino da Nóbrega

Faculdades Integradas de Patos – FIP

nanenobrega87@gmail.com

RESUMO: O presente artigo buscou analisar influência da cultural na vida das mulheres e homens, a partir dos papéis construídos ao redor do gênero, sobre a relação de exploração e a sua existência nos centros escolares. A metodologia é de natureza aplicada, buscando resultados concretos, com fins descritivos e por meio de bibliografias. Atualmente o assunto igualdade de gêneros vem conseguindo o seu espaço de forma lenta e desigual nos centros escolares do Brasil, tendo um desenvolvimento peculiar em cada Estado do mesmo. A falta de capacitação contínua e permanente dos educadores ao assunto igualdade de gêneros e aos Direitos Humanos, e dos pais ao retratar esse assunto em sua residência, atua de forma clara e específica nas consequências refletidas na vida adulta de cada educando em seu futuro meio social. Retrata a falta de prática de diálogo nos centros educacionais, seja por falta de embasamento sobre o assunto, ou até mesmo, por preconceito por parte dos educadores em não tratar homens e mulheres de forma igual devido a uma cultura arcaica e milenar no que tange a nos vermos como iguais. Demonstra essas mulheres incluindo o homem no processo de desconstrução dessa cultura, gerando a igualdade entre os gêneros e o rompimento com ciclo de preconceito. Concluindo que a falta de comunicação entre pais, professores e Estado, tendem a manter de forma consolidada a ausência da equiparação de direitos entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Educação Formal, Igualdade de Gêneros, Direitos Humanos, Feminismo

INTRODUÇÃO

A questão de gênero envolve a todos, é um conceito que nos faz tentar querer entender as desigualdades que há entre homens e mulheres. Não estamos tratando das desigualdades visíveis, ligadas à parte biológica, a mera reprodução da população, mas as diferenças sociais, econômicas, culturais que distanciam homens e mulheres há séculos e séculos em nosso país.

Sendo a sexualidade e o gênero, entendidos como uma criação social, histórica e cultural do ser humano sente-se necessária a discursão deste assunto no meio escolar - espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo.

Esse reconhecimento da igualdade sexual e do gênero em meio educacional formal possui relevância mais do que significativa diante do processo de desenvolvimento de uma sociedade. As relações familiares e



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

educacionais devem contribuir para a reflexão sobre outras formas existentes de organização social em face da igualdade entre homens e mulheres em todos os sentidos dentro do contexto exigido, produzindo mudanças de paradigmas através de uma nova produção de conhecimentos que levem essas pessoas a uma vida mais digna e sem desigualdades ligadas a sua sexualidade ou gênero (MEIRELLES, 1997, p. 83).

Louro (2007) retrata de forma clara a atenção que deve ser dada nos centros educacionais sobre a sexualidade, o gênero e a igualdade a ser aplicada aos mesmos, onde não encarar tal assunto não irá fazer com que o mesmo deixe de existir. O assunto “igualdade de gêneros” deve começar nos lares, em seu âmbito familiar, e só assim, a extensão dessa abordagem pode ser dada pelos professores.

Segundo Lauglo (1994), essa temática de igualdade é algo a ser tratado e explicado desde a família, até os professores que se fizerem presente na formação da educação desses indivíduos. Falar de igualdade de gêneros ainda é algo considerado tabu dentro de nossa sociedade, onde vemos a marginalização de desejos e sonhos, através da instauração de uma “ditadura hierárquica” ligada ao sexo de cada indivíduo.

O presente artigo veio com o intuito mostrar a atuação de docentes, pais e Estado

sobre a temática da igualdade nos centros educacionais e as consequências da falta de inserção do tema na vida escolar dos educandos.

O estudo pretendeu analisar a influência da cultura na vida das mulheres, a partir dos papéis construídos pelo gênero, sobre a relação de exploração e a sua existência nos centros educacionais.

METODOLOGIA

O presente artigo utilizou-se quanto à natureza, classifica-la como aplicada. Quanto aos fins, a pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que tem como objetivo observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos.

Já em relação aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois reúne a opinião de diversos autores sobre o tema, e de levantamento, pois se tem um conhecimento direto da realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontramo-nos em uma sociedade que ainda preza pela desigualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos sociais. A hierarquia de poder que emana através de qual sexo se possui, é um problema encontrado em nosso país em grandes escalas de proporção. Para o homem sobra à

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

soberania, o ponto mais alto da hierarquia, e para as mulheres resta à submissão. A justificativa, em pleno século XXI, advém do comodismo da própria população, das próprias mulheres que não lutam em prol de si e de sua classe, de pais e mães que não passam o empoderamento a quem dele precise, advém de professores, que estão de mãos atadas no que diz respeito a falar de igualdade de gêneros nas escolas. Falar de igualdade de gêneros ainda é algo considerado tabu dentro de nossa sociedade, onde vemos a marginalização de desejos e sonhos, através da instauração de uma “ditadura hierárquica” ligada ao sexo de cada indivíduo (LAUGLO, 1994).

O Brasil vem galgando avanços através de movimentos internacionais e nacionais ligados à igualdade através do ensino, tornando a educação uma condição de estratégia fundamental para a redução de desigualdades sexuais, econômicas e sociais, “elas incidiram sobre várias dimensões do sistema: legislação, financiamento, organização das redes, currículo, material didático, formas de participação da comunidade, maior autonomia das unidades escolares, treinamento de professores, informatização, introdução de sistemas de avaliação, e assim por diante”. (CAMPOS, DAVIS e SPÓSITO, 2010)

A dominação de gênero no plano da política educacional tem significado, nos planos internacionais e nacionais, atentar para a discriminação contra as mulheres. No cenário internacional, o UNICEF assumiu a dianteira. Com efeito, após a adoção, em 1989, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da convenção dos Direitos da Criança, o Conselho Executivo do UNICEF elegeu a “menina” (girl child) como foco de suas prioridades para a década de 90. O documento *The Girl Child: An Investment in the Future*, publicado pela primeira vez em 1990, parece constituir o ponto de partida. O título já denota a concepção de criança subjacente: o(a) adulto(a) que será (UNICEF, 1991).

Junto a UNICEF e as Nações Unidas, surgiram ao longo dos anos várias Organizações Não Governamentais - ONG's, onde se criou o “Informe Controle Cidadão”, que tem objetivo o monitoramento dos compromissos firmados pelos Governos para com a sua população, e principalmente ao assunto “mulher e sua igualdade”. Este Informe teve como finalidade o controle entre a “instituição de uma meta” e a “vontade política” em realiza-la (BININO, 1999).

Esse Informe no Brasil seja através das Nações Unidas, ou de ONG's, comparam e confirmam desigualdades severas no plano de educação entre homens e mulheres, desde a



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

educação formal básica, até a educação formal superior. Tal afirmação veio através da confirmação no mercado de trabalho, onde mulheres que possuem a mesma escolaridade não conseguem entrar no mercado de trabalho com a mesma facilidade que homens ingressam, e quando tal fato acontece, elas possuem até 30% a menos no valor de seu salário, mesmo exercendo a mesma função e horários dos homens (UNICEF, 1991).

Atualmente podemos crer que a mudança venha a partir das instituições educacionais, instituições estas que, tendem a ter confinado em muros os seus alunos durante um terço, ou mais, de suas vidas. Fazendo-os entender de forma concisa e real, como será o Brasil e o seu olhar perante a igualdade de gêneros. Para Meirelles (1997, p. 83) “o professor é mediador e organizador do processo pedagógico, favorece a visão de conjunto sobre a situação, e propõe outras fontes de informação, colocando o aluno em contato com outras formas de pensar”, nos fazendo entender que, o professor nada mais é que uma pessoa que repassa algo dado dentro dos lares, lares estes que, não estão dando a devida atenção às mudanças sociais e culturais já existentes em nosso país, tornando assim, inviável ao educador fazer a inserção de pensamentos, que até então, não são abordados no âmbito familiar.

Em seus estudos sobre sexualidade e gênero, Weeks (1993, p. 6) afirma que "a sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia como com o corpo". Afirma que o gênero e a sexualidade estão intrinsecamente ligados ao corpo, apenas a ele, as crianças e mulheres do gênero feminino possuem tudo e qualquer direito de se estabelecer em um centro educacional com os mesmos direitos e deveres de crianças e homens do gênero masculino, tornando assim, os centros escolares como formadores de uma nova perspectiva de igualdade de gêneros em meio a sociedade ainda em atraso com relação ao assunto.

O professor nada mais é que um mediador, um locutor de ideias, um organizador de pensamentos, tendências e modo de vida em meio a uma sociedade. O professor é um formador de pensamentos, atitudes e forma de vida, que nos leva a vê um mesmo assunto através de várias perspectivas, onde tais assuntos tendem a serem falados, discutidos, aclamados e dialogados pelos pais, em seu âmbito familiar (MEIRELLES, 2007).

A inserção dos direitos humanos ligados ao assunto igualdade de gêneros é algo a ser feito de forma lenta e gradativa, nos fazendo entender que o problema existe e precisa ser tratado desde a educação básica, onde não só o educando precise entender que o assunto existe no meio em que se vive, mas

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

também, os pais, junto aos educadores, têm por obrigação entender sobre o assunto e o externar da forma mais entendível possível, já que, essa percepção muda de região para região (FOUCAULT, 1984).

A perspectiva de ensino em cima do assunto igualdade de gêneros nos centros educacionais possui uma forte tendência a ser tratado com um assunto marginalizado, escondido e camuflado pelos próprios educadores, seja por preconceito sobre o mesmo, pelo simples fato de não saberem ao menos o significado da palavra “gênero” ligada à sexualidade e a sua igualdade, pela não autorização dos pais, ou pela camuflagem do Estado em tratar do assunto de forma contínua e permanente (SCOTT, 1988).

Temos que entender que não há uma obrigatoriedade perante a Lei, de sermos o que a nossa sexualidade nos impõe perante a sociedade, manifestar vontades vem além do fato de sermos vistos como meninos ou meninas, homens ou mulheres. A retratação da mulher como “sexo frágil” deve existir, mas não de forma pejorativa, agressiva ou discriminatória. Hoje as mulheres exercem, e com muito louvor, atividades antes tidas e impostas como “atividades masculinas”, deixando de lado essa análise crítica e preconceituosa de que, o sexo é o ponto formador de ações, sejam elas socioculturais,

ou até mesmo políticas (GUIMARÃES, 2004).

De acordo com Sabat (2010, p. 149) argumenta que:

A educação, compreendida de maneira ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual. Em qualquer sociedade, os inúmeros artefatos educativos existentes têm como principal função com/formar os sujeitos, moldando-os de acordo com as normas sociais.

Compreendemos com base no estudo relatado acima, que a não aplicação do assunto “igualdade de gêneros” em pleno século XXI, ocorre de forma clara e alarmante dentro dos centros educacionais. Percebe-se que a não inclusão do assunto tornam seus educandos alienados e presos a culturas já falidas e fora dos padrões atuais de necessidades, problema esse, originário de uma formação familiar arcaica e conservadora de valores não mais usados na atualidade, fazendo assim, com que professores não detenham do real poder de comunicação em relação ao assunto.

Sayao (1997, p.112), retrata de forma clara que, a escola é a principal base formadora para que haja uma igualdade de gêneros dentro da sociedade, afirmando que:

“A escola também se constitui num importante agente nesse campo”. Não é apenas nas portas de banheiros, muros e carteiras que se inscreve a sexualidade no espaço escolar. Ela



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

invade por completo essa “praia”. As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade. “Ao não reconhecer essas múltiplas manifestações, é como se a escola realizasse o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela”.

O nosso país tem que pegar o conceito que possui sobre o gênero feminino e o enquadrá-lo dentro da realidade atual da sociedade, tais mudanças no que tange a esse gênero, não o fizeram a tornar mais fácil a vida dessas mulheres, tornou apenas, a vida de mulheres muito mais exaustivas na execução de seu papel de mãe, dona de casa e empresária, já que, tal luta nunca deveria ter existido, pois a Constituição Federal em seu artigo 5º é clara em dizer que todos são iguais, de iguais direitos e deveres perante a lei (SABAT, 2010).

Segundo o autor Ferreira (2005), todas as entidades educacionais possuem uma necessidade de veem seus alunos como crianças pré-moldadas e prontas para a sociedade, onde a mulher serve ao marido e tem a obrigação de procriar a espécie e o homem é o chefe da casa, não dando assim, espaço para que essa camada feminina veja e se habilite a atividades fora do seu padrão de gênero.

Falar de igualdade de gêneros ainda é falar de algo que pouco se sabe, ou se tem

interesse em saber. Classes que dependem dessa igualdade pouco conseguem agir e mudar algo, já que, o apoio, seja ele dos pais, do Estado ou dos próprios professores, ocorre de forma escassa ou quase nula.

Por fim, ficou claro que a erradicação das diferenças entre gêneros ainda é algo distante em nossa sociedade, porém, passos estão sendo dados de forma gradativa para tal acontecimento. Mudar através da educação é algo de extrema importância para que assim, os outros âmbitos sociais mudem e se adequem as necessidades atuais. Onde, essa educação em face da igualdade de gêneros deve começar de casa, com o apoio dos pais e se estender as escolas, através de políticas públicas contínuas e permanentes instituídas pelo Estado (ARRIGATA, 2012).

CONCLUSÕES

Conclui-se com base nesse artigo, que a não inclusão do assunto “igualdade de gêneros” nos centros educacionais, torna a sociedade baseada em uma cultura arcaica e cética, com relação à importância de se fazer presente uma inserção contínua e permanente do assunto nos centro educacionais.

Compreendendo que a atual realidade não é mais cabível a todos, porém pouco se faz para muda-la e implanta-la como uma nova cultura a ser seguida, já que, tal



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

mudança não é função obrigatória apenas do Estado e de seus educadores, que estão ali apenas pra repassar saberes, mais sim dos pais, que são a base formadora dessas mudanças para com a igualdade.

Nos fez perceber que os assuntos ligados aos Direitos Humanos são algo ainda a mercê da vontade de poucos, sejam esses poucos representados através dos pais, educadores, ou até mesmo o Estado em questão. E por fim, vimos que a vontade de mudar e enquadrar essa igualdade tem que partir de quem dela precisa, não sendo algo a vir de presente a quem acha que dela faz por merecer.

AGRADECIMENTO

Agradecer ao XII Congresso Nacional de Gênero e Sexualidade pela grande oportunidade de produzir sobre assuntos tão enriquecedores e atuais, nos dando a chance de interagirmos como novas ideias, pensamentos e mundo diferentes.

REFERÊNCIAS

ARRIAGATA, I. Limites económicos, sociales e políticos a la participacion de las mujeres en América Latina. In: **Seminario internacional reestructura política y transformación social**. Memoria del Seminario. Uruguay: Dawn-Repem, 2005.

BONINO, M. “Monitorando o cumprimento dos acordos de cúpula nas áreas de educação e gênero”. In: IBASE (Org.). **Balanço do observatório da cidadania**. Rio de Janeiro: IBASE, 1999. p. 86-89.

CAMPOS, M; DAVIS, C; ESPOSITO, Y. “Indicadores educacionais”. In: FAPESP (Org.). **Indicadores de Ciência e Tecnologia**. São Paulo: FAPESP. 2010.

FERREIRA T. Transtornos de identidade sexual. In: **abdo CHN. Sexualidade humana e seus transtornos**. 5ª ed. São Paulo: Lemos; 2005.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade In: **a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GUIMARÃES, J. A. C. Profissional da informação: desafios e perspectivas para sua formação. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004.

LAUGLO, J. “Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a Educação”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 100, p. 11-36, mar. 1997.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 9ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MEIRELLES, J.A. B. de. Os Ets e a gorila: um olhar sobre a sexualidade, a família e a escola. In: AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1997.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

SABAT, R. Gênero e sexualidade para o consumo. In: LOURO, Guacira, Lopes, Jane Filipe, Silvana Goellner (Orgs). **Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

SAYÃO, R. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SCOTT, J. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

UNICEF. **The girl child: na investment in the future**. New York: UNICEF, 1991. (Edição revista).

WEEKS, J. **El malestar de la sexualidade: significados, mitos y sexualidades modernas**. Madrid: Talasa, XAVIER FILHA, Constantina, 1999.

